



O cidadão de papel. A infância, a adolescência e as Direitos Humanas

Gilberto Dimenstein

São Paulo, Editora Ática, 20ª Edição/
1ª Impressão, 2002, 184p.

Por Esther Maria de Magalhães Arantes¹

Lançado pela primeira vez em 1993, ganhador do Prêmio Jabuti 1994, considerado melhor livro de não-ficção e fortemente recomendado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, o livro *O cidadão de papel*, objeto desta Resenha, consta como sendo a 20ª edição/1ª impressão, de 2002, pela Editora Ática.

Tendo como um de seus objetivos ajudar a formar leitores, o autor traz para análise situações de fragilidade vividas no dia-a-dia da sociedade brasileira, principalmente de crianças e adolescentes, deixando claro como o conceito de cidadania se relaciona com os mecanismos de promoção de direitos. Ou seja, uma cidadania frágil, como a "de papel", é aquela cujos direitos não se traduzem em práticas concretas, permanecendo, portanto, também "no papel".

Não há como, no espaço de uma Resenha, abordar todos os temas tratados no livro: mortalidade, trabalho, educação, moradia, violência, desemprego, urbanização, meio ambiente, inflação, recessão, dentre outros. Forçoso, então, apontar ao leitor, a principal linha de reflexão do autor – o que já se encontra prometido no subtítulo do livro: **A infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil**.

A partir dos direitos humanos declarados, por exemplo: "Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos", e ricamente ilustrado com fotos do cotidiano e reportagens retiradas de jornais e revistas, o autor vai apresentando os fatores que produzem a fragilidade da cidadania no Brasil, "estabelecendo as relações

que vão da mortalidade infantil à desnutrição, da falta de escolaridade ao desemprego, passando pelos problemas do meio ambiente". Afirma Dimenstein, que a raiz da violência do cotidiano brasileiro é a incapacidade de se oferecer "um mínimo de igualdade de oportunidades às pessoas".

Não apenas o objeto do livro é a situação na qual se encontram os direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil, como este é um livro dedicado, sobretudo, para os adolescentes e jovens, embora adultos também se beneficiem de sua leitura, dada a quantidade de informações trabalhadas (reportagens, estatísticas, relatórios, censos, pesquisas, legislação).

O livro se dispõe a dialogar com os adolescentes, sendo altamente instrutivo para o educador atento: em nenhum momento o autor menospreza a capacidade dos adolescentes de compreenderem a complexidade dos problemas tratados. A partir de um problema que preocupa grande parte da juventude urbana atual, qual seja, a chamada "questão da violência", o autor problematiza as circunstâncias nas quais tal violência se dá, prevenindo tanto uma associação fácil entre pobreza e criminalidade, como propostas de uso da violência para combater a violência, como os grupos de extermínio. Assim, o autor vai, passo a pas-

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Educação, Coordenadora do Programa Cidadania e Direitos Humanos/AJERJ e Coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos/CFP.
E-mail: arantes@psi.puc-rio.br

so, discutindo o desemprego, a falta de escolas, a desnutrição, a fome, a precariedade da moradia etc. Com linguagem simples, direta e acessível, a engrenagem que sustenta a violência vai aparecendo.

Apesar de o livro se voltar para as constantes violações dos direitos humanos no cotidiano da vida brasileira, constitutivas justamente do que denomina “cidadania de papel”, Dimenstein não quis produzir um livro pessimista, que incutisse nos adolescentes o sentimento de desalento, de que “nada é possível”. Ao contrário, mostra experiências bem sucedidas, como a da Pastoral do Menor, que vem conseguindo bons resultados na diminuição da desnutrição e consequentemente, na mortalidade infantil.

O livro foi pensado para ser utilizado por professores e alunos no contexto escolar. Neste sentido, é bastante informativo. Mas não se esperem relatos frios, meramente estatísticos e contabilizadores das mazelas humanas, pois os relatos são humanizados, com rostos, geografias e nomes. Não são meros números, mas vidas – o que faz toda a diferença e revela a fina sensibilidade do autor.

Ao final de cada tema tratado, o autor apresenta um roteiro para discussão, bem como sugestões de livros, filmes e sites dedicados ao assunto. Mas não apenas isto: dá também “dicas” de como ler e assistir aos filmes criticamente, deixando de lado o leitor e o expectador passivos. Sugere ao professor como os diferentes temas podem ser abordados de forma interessante e dinâmica.

Como o livro tem a pretensão de apresentar ao jovem a situação atual, e não uma análise histórica, embora dela às vezes tenha que lançar mão para melhor situar a questão presente, o autor, em suas várias edições, tem se preocupado em atualizar as informações, já que alguns índices vão se alterando para melhor ou para pior, justamente como resultado da implementação de políticas públicas de garantias de direitos, ou de sua ausência. Assim, se por um lado, tem havido melhora nas taxas de mortalidade infantil em virtude de políticas públicas que privilegiam a vacinação, aleitamento materno, combate à fome etc, por outro lado, os

índices de mortalidade na faixa etária entre 14 e 25 anos têm aumentado em decorrência de fatores externos como acidentes, suicídios e assassinatos. De qualquer modo, em que pese as constantes atualizações feitas pelo autor, é bom que o professor permaneça atento aos números, índices e estatísticas, que podem sofrer variações, mesmo nas edições mais recentes. No caso específico da edição utilizada para esta Resenha, de 2002, o valor do salário mínimo apresentado é o de 2001, que era de R\$180,00 – valor diferente do atual, que é de R\$350,00. Embora possamos considerar que tanto um valor quanto o outro são insuficientes para o suprimento das necessidades básicas de uma família, para clareza e correção da informação passada ao aluno há que se registrar a diferença numérica e aproveitar a oportunidade, como sugere o próprio autor, para discutir renda, inflação e o que consideramos como necessidades básicas.

Todas estas são as virtudes que pude perceber neste livro, tão bem intencionado e digno. No entanto, ainda que o autor tenha se preocupado em fazer a crítica das próprias categorias utilizadas e através desta crítica promover a desnaturalização de características estigmatizadoras atribuídas à pobreza, pelo menos em relação a dois aspectos acredito que o autor não tenha sido suficientemente claro. Assim é que, ao falar do usuário de substâncias psicoativas, a ele se refere como “drogado”, não fazendo a necessária distinção entre diferentes tipos de uso e de substâncias, relacionando a “dependência de drogas” ao cometimento de suicídio, promiscuidade sexual e criminalidade. Sabemos que esta é uma questão polêmica, dividindo as opiniões, sendo que a própria legislação “anti-drogas” tem sido apontada como um dos componentes do problema, aumentando em muito a população carcerária, não apenas no Brasil como em outros países. Não que as considerações que o autor faz em relação ao uso de crack e cola de sapateiro, pelos chamados “meninos de rua”, não estejam corretas. Apenas que, ao generalizar a questão para o “drogado”, sem as necessárias considerações, colocou todos os tipos de uso e substâncias no mesmo “saco de gatos”.

© outro ponto diz respeito à associação entre baixa escolaridade ou “ignorância” – que não querem dizer a mesma coisa – e gravidez na adolescência. Em relação a este tema, o autor recorre a diversos estudos, preocupado em demonstrar como a gravidez na adolescência está, muitas vezes, associada à precariedade dos direitos de cidadania, mas inclui, nas páginas 98 e 99, um texto de Drauzio Varella, cuja conclusão consideramos particularmente infeliz: “(...) Ainda que não seja por solidariedade ou economia de recursos, pelo menos por prudência é preciso agir. Afinal, quantos marginais que nos tiram a tranquilidade nas cidades brasileiras descendem de meninas engravidadas em idade de brincar com boneca?” Alguns estudos indicam que a gravidez na adolescência nem sempre está relacionada ao descuido, à baixa escolaridade e marginalidade, sendo um fenômeno mais complexo culturalmente do que imaginamos a princípio.

Finalizando, mais do que apresentar certezas, um bom livro é aquele que promove a curiosidade e instiga o debate. Para além dos números e das estatísticas, o livro de Dimenstein é certamente uma oportunidade para se pensar a humanidade das pessoas que no Brasil se encontram concretamente sob risco, tornando-nos parceiros para criar uma nova vida.

